

Educação em Alerta



Jornal Sintep-MT - Edição - Novembro de 2018



SERVIDORES PÚBLICOS FAZEM BLOCO DE RESISTÊNCIA CONTRA RETIRADA DE DIREITOS

Página
03

Campanha permanente em Defesa da Previdência e Seguridade Social



#Pública
#Igualitária
#ParaTodos
#ParaTodas



Página
07

O professor doutor José Menezes, cuiabano radicado em Maceió, professor da UFAL fala ao *Educação em Alerta* sobre impactos da "nova" proposta de Reforma da Previdência



O novo cenário Político em 2019

O perfil dos novos gestores revela forte tendência as parcerias com setor empresarial

Página 04

16 DIAS
MOBILIZAÇÃO MUNDIAL
CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

PÁGINA - 06



**VIVER EM PAZ
É VIVER SEM MEDO**



CONCURSO PÚBLICO
SINTEP/MT ENTRA COM MANDADOS
DE SEGURANÇA PARA TODAS AS
FUNÇÕES DA CARREIRA
PÁGINA - 06

EDITORIAL:



Com a consequente redução de investimentos em políticas sociais a partir do regime fiscal adotado pelo governo federal e extensivo aos estados e municípios, vê-se alinhamentos de propostas entre o governo que está encerrando o mandato e o que assumirá o executivo estadual em 2019. Pelo menos no que tange a direitos, a valorização profissional.

O mesmo governo que enviou à assembleia legislativa lei de fixação da Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores referente aos anos de 2017 e de 2018 (Lei nº 10.572) que

foi aprovada pela maioria dos deputados, se esconde atrás do Tribunal de Contas do Estado - que não tem prerrogativa legal para tal, justificando que está impedido do cumprimento. Declarações veiculadas pela imprensa apontam que há concordância do Governador eleito mesmo tendo apresentado como item do seu plano de governo, o pagamento da RGA.

Em âmbito federal a convergência entre quem assumirá a presidência e quem deixa o cargo é forte! Tanto sendo possível até mesmo de piorar propostas do atual Governo que já eram rejeitadas pelos (as) trabalhadores (as), como a reforma da previdência.

Com retrocesso de direitos principalmente trabalhistas, o ataque contra os servidores públicos se intensificam com o achatamento de salários, ameaças de destruição das carreiras profissionais e de quebra de estabilidade, além dos prejuízos com aposentadoria.

Esses retrocessos se justificam pois, se o Estado não deve ser garantidor de direitos como está preconizado nestas políticas, qual a importância dos serviços e servidores públicos? Por isso vemos nascer Plano de Demissão Voluntária - PDV e temos de recorrer à via judicial para posses do concurso público.

Mas como pensar em vida digna à maioria da população trabalhadora, assalariada, sem que tenha acesso a saúde, a educação e segurança públicas e, com qualidade? Além de moradia, transporte, trabalho, lazer, entre outros.

Estado, direitos, democracia, igualdade seguem em disputa. Agora ainda mais que antes.

Em Mato Grosso, seja por questões circunstanciais ou mesmo por conveniências, além das denúncias históricas feitas pelo SINTEP/MT, outras vozes tem se levantado opondo à benesses ao setor do "agronegócio". Inicialmente dois ex governadores se manifestaram e posteriormente informações dão conta que 14 novos deputados estaduais eleitos são contrários à manutenção das isenções. Todos estão habilitados à contribuir para mudar essa situação. A de um estado rico mas muito desigual, injusto.

Continuaremos a denunciar e a exigir atitudes contra privilégios de parcela da população em detrimento de prejuízos à maioria. Seguiremos em luta e na resistência.

Sintep Livre Democrático e de Luta!

Lenha na Fogueira

Escola Sem Partido – Usando de figura de linguagem (estratégia utilizada no texto para conseguir um determinado efeito na interpretação do ouvinte) o legislativo federal tem conduzido a população a uma ideia equivocada sobre o programa Escola Sem Partido. A metonímia (Figura de Linguagem) foi a palavra Partido. Ele associa a ideia de que uma escola não pode ter partido político, apenas aplicando o termo Partido.

Escola Sem Partido 2 – Da mesma forma que as ESCOLAS PÚBLICAS não podem, ter um único viés religioso, ou um projeto político Militar, porque impõem apenas uma doutrina. Ou ainda, não pode fazer a defesa apenas do Flamengo em detrimento dos demais times. Não pode proibir visões diferentes no espaço da escola.

Escola Sem Partido 3 – A escola é composta de diversas opiniões, visões de mundo, formação social. O Projeto de Lei ESCOLA SEM PARTIDO, significa proibir a pluralidade de ideias. Na escola devemos ter a liberdade de conhecer e escolher. É um espaço para promover a diversidade de ideias e conhecimentos. NÃO ao Projeto da ESCOLA SEM PARTIDO, porque significa doutrinação e perseguição de professores e educadores. Em defesa da Escola pública, laica e democrática!!

Escola Plena – Fazendo jus ao ditado colocar a carroça na frente dos bois, o governo Taques investiu muito recurso público em propaganda para anunciar mais um de seus projetos inovadores: a escola em período integral. Passados quatro anos o projeto inovador ficou apenas na virtualidade. Sem autorização do Conselho Estadual de Educação para funcionar, as Escolas Plenas se revelam sem resultados comprovados.

Arena Pantanal – A mega estrutura de um estádio de futebol transformada em Escola Arena Pantanal não atende aos requisitos de segurança de um prédio escolar. A unidade que foi indeferida pelo órgão de regulamentação. O espaço que seria utilizado para fortalecer o potencial atlético dos estudantes, se confirmou mais do mesmo, sem estrutura necessária para oferecer aos selecionados condições de desenvolvimento esportivo, nem escolares.

Escola Militar – A irônica defesa da Escola sem Partido e da não doutrinação dos estudantes pregados pelo futuro presidente da República se contradiz quando faz a defesa de Escolas Militares como base para a educação pública e gratuita. Primeiro porque as unidades fazem justamente o contrário, doutrinam os estudantes com base na identidade militar. E segundo, porque os servidores militares têm vagas reservadas em escolas financiadas por recursos públicos. Em Mato Grosso, o projeto é ilegal, funciona sem autorização, apenas por decreto.

Cejas – Como proposta de "modernizar" a formação dos estudantes dos Centro de Educação de Jovens e Adultos, a Seduc-MT determina mudanças no projeto Político Pedagógico. A decisão unilateral passa por cima de leis Federal e estadual, bem como dos estudantes, quando nega o direito ao conhecimento, incentivando apenas a certificação.



EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso
Rua Mestre João Monge Guimarães, 102 - Bairro Bandeirantes - Cuiabá-MT
Fone: (65) 3317.4300 - 0800.654343 - fax: 3317.4327
Site: www.sintep.com.br
Email: comunicacao@sintep.org.br

Presidente: **Jocilene Barboza dos Santos** - Vice-presidente: **Valdeir Pereira**
Secretário de Comunicação: **Gilmar Soares (Licenciado)** e **Edevaldo José Santos**
Secretária-geral: **Miriam Ferreira Botelho**
Revisão: **Maria Luiza Zanirato**
Edição, redação: **Roseli Riechelmann (MTB 24400)**
Editoração Eletrônica **Jadson Oliveira**
Fotos: Divulgação e Sintep/MT.

SERVIDORES PÚBLICOS FAZEM BLOCO DE RESISTÊNCIA CONTRA RETIRADA DE DIREITOS



Presidente do Sintep/MT em fala durante Ato Unificado dia 13 de novembro em frente ao Tribunal de Contas do Estado (TCE)

Um novo ato coletivo dos servidores públicos estaduais voltou à cena, em novembro, após o governo Taques reincidir no calote da Revisão Geral Anual (RGA). A ameaça do corte ao direito básico da correção inflacionária dos salários das categorias é avaliado como um prenúncio do que esperar para 2019, cujo pronunciamento oficial é único dos futuros governantes de corte de gastos.

No caso da educação, um ataque a RGA significa muito além das perdas inflacionárias, compromete a conquista da Dobra do Poder de Compra, em construção até 2023. A Lei 510/2013, que nasceu para corrigir a perda salarial dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, que recebem salários inferiores as demais carreiras do executivo de mesmo nível, está sob ameaça.

A presidente do Sintep/MT, Jocilene Barboza ressalta a importância dos trabalhadores e trabalhadoras do estado estarem unidos para o enfrentamento. Definiu as mobilizações coletivas como pedagógicas. “Com esses atos ensinamos à sociedade que não há serviços públicos gratuitos sem os servidores e servidoras. Não existe forma de garantir educação, saúde e segurança pública, como direito e de forma gratuita, sem servidores públicos”, disse.

Para a presidente a defesa para o cumprimento do direito da correção inflacionária nos salários, estará alerta, pois no mês de dezembro, haverá o pagamento da última parcela da RGA 2018 (2,19%). E ainda, sem esmorecimento, pois o próximo ano ainda é visto como caixa de pandora (termo da mitologia que significa um jarro contendo os males do mundo) para os serviços públicos. “A sociedade deverá ficar

atenta, pois o que está colocado como direção das políticas públicas é de cada vez mais precarizar o acesso ao direitos”, afirma.

Segundo Jocilene, com o argumento de déficit nas contas públicas, o governo estadual e federal programam para 2019 uma série de ataques aos direitos sociais. A dívida pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal, no caso de Mato Grosso, são os argumentos que têm justificado a retirada de direitos sociais.

“Sabemos de onde vem os déficit públicos e, obviamente, não são os 87% dos servidores, que recebem salários de até R\$ 5 mil, ou os trabalhadores assalariados, os responsáveis. Enquanto isso, a sonegação, as isenções e renúncias fiscais e os aumentos salariais para segmentos privilegiados, continuam ocorrendo”, conclui



A escola é um espaço do livre pensamento!

Não à Lei da Mordança!

O QUE A EDUCAÇÃO ENFRENTARÁ COM O NOVO CENÁRIO POLÍTICO?



foto divulgação

como também estadual, se pautou, em sua maioria, por exigir soluções a problemas sociais que comprometem os direitos de cidadania, como Saúde, Educação e Segurança Pública dignas, e principalmente geração de emprego e renda.

O combate à corrupção que puxou o discurso político dos candidatos vencedores do pleito de 2018, integra as defesas do Sintep/MT, que de forma recorrente vem cobrando a aplicação correta dos recursos da educação, sem desvios de finalidade, como foram registrados por diversas vezes na gestão passada.

O Sintep/MT reafirma que a luta em defesa das pautas históricas do sindicato serão mantidas quer seja na instância federal, estadual e municipal. De pronto, reitera o que foi definido como pauta de lutas no último encontro de 2018, do Conselho Nacional de Entidades, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Confira:

- 1 - Defesa incontestável ao direito do exercício do magistério com segurança e liberdade de cátedra;
- 2- Posição contrária a Reforma da Previdência (proposta do governo Temer e reafirmada pelo futuro governo Bolsonaro)
- 3 - Contra a militarização das escolas públicas (dinheiro da educação de todos e todas não pode ser usado para doutrina militar);
- 4 - Não à proposta de ensino a distância aprovada pelo Conselho Nacional da Educação (em defesa do direitos de igualdade de acesso e permanência nas escolas – Artigo 206 CF)
- 5 – Reitera a posição contra a Lei da Mordaza

A cartilha conservadora, ditada principalmente pelo mercado financeiro, se espalhou por todos os continentes. No Brasil está apontando com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, que faz claramente a defesa da política econômica que atende interesse do capital. Em Mato Grosso a eleição do empresário Mauro Mendes imprime o modelo, que em ambos os entes federados, se fundamenta na defesa privatista nas diferentes áreas públicas, como foco especial nos segmentos sociais (Educação, Saúde, Segurança).

Para os analistas, o perfil dos gestores revela que 2019 os recursos da Educação Pública serão cobiçados ainda mais pelo setor empresarial. Significa dizer que os setores privados ampliarão as ações na esfera pública

disputando recursos nas chamadas ‘Parcerias Público-Privadas’. A educação emancipadora será engavetada dando vez a uma formação homogênea e padronizada de educação nas escolas públicas.

A despeito da proposta, quer seja ela federal ou estadual, a luta do Sintep/MT será a defesa da Constituição Federal e Estadual, pelo direito a valorização profissional e a Educação Pública e Gratuita para todos e todas. “Não aceitaremos um estado de exceção. Nossas defesas sempre se pautarão no respeito às leis da carreira, e da Carta Magna”, afirma o secretário de Assuntos Educacionais da CNTE e dirigente do Sintep/MT, Gilmar Soares.

Para o sindicato a defesa feita pelos eleitores nas urnas, tanto em nível federal

PROJETO DE EDUCAÇÃO DE BOLSONARO APRESENTA APARENTE CONFLITO CONSTITUCIONAL

Com um discurso de moralização, que inclui a defesa do Programa Escola Sem Partido”, o novo presidente do país sinaliza medidas para a Educação com evidências de terceirização e privatização do ensino. As poucas evidências do programa de governo federal se apresentam mais pela agenda do ministro da Economia, Paulo Guedes. E este faz defesa radical do programa privatista do governo chileno.

Apesar desses sinais, em seus raros pronunciamentos Jair Bolsonaro se mostra enfático sobre cumprir a Constituição Federal. Apesar do juramento que fará à Carta Magna, o plano de governo do futuro presidente para a Educação afronta diretamente o Artigo 206 da Constituição Federal.

Artigo 206 - Da Educação

Princípio fundamentais:

Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

A liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

O pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

A gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

A valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

Garantia de padrão de qualidade; piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Programa do Futuro Governo

O foco principal está na Educação Básica - Educação Infantil ao Ensino Médio. Segundo o plano de governo, ele fará "mais" com os atuais recursos investidos em educação. No entanto, sem especificar como superar problemas históricos.

Educação Infantil – sobre essa etapa de aprendizagem aponta-se financiamento para instituições não governamentais (igrejas, por exemplo) com objetivo de ampliar as vagas para crianças de até os 3 anos; ou ainda repasse de verbas para escolas particulares, semelhante aos vouchers norte-americanos. Mas em ambas as situações, a política aplicada pelas instituições deverá respeitar o preceito básico da política educacional do governo Bolsonaro:

Ensino Fundamental – Apesar de considerar essa também uma etapa prioritária em seu governo e de ser feita sem doutrinação e sexualização precoce, o programa apresentado não esclarece quais propostas serão implementadas. Apenas deixou claro que é favorável a Educação a Distância, principalmente em áreas rurais onde existe dificuldade ou impedimento para aulas presenciais. Não há esclarecimento nesse quesito como isso seria feito.

Ensino Médio – Nessa etapa se destaca apenas que a prioridade será o Ensino Médio/Técnico

Ensino Superior - Também não há muitos esclarecimentos, apenas sinalização sobre necessidade de avanços técnicos com foco na elevação da produtividade, riqueza e bem-estar da população. A proposta sinaliza para

parcerias entre as faculdades e empresas com foco em pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos incentivando os jovens a entrarem no mercado empreendedor. O empreendedorismo de que fala o programa do governo Bolsonaro se inspira nas ideias que mudar países asiáticos Na política do futuro presidente está a redução de cotas para universidades e Concursos Públicos. E ainda, entre o carro chefe da educação estão os projetos da Escola Sem Partido e programa de combate à Violência nas Escolas. Entre sua visão de melhorias para a Educação estão mudanças nos conteúdos (mais Língua Portuguesa, Matemática e Ciências) e método de Ensino, entre os quais condena a metodologia freiriana.

Na proposta defende a mudança de gestão da Educação. Para além de "expurgar" a ideologia de Paulo Freire, defende a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), é contra a aprovação automática e irá rever a questão de disciplina dentro das escolas. E entre suas defesas está o resgate da disciplina de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira nas escolas.

Financiamento e gestão – O programa de governo do presidente Jair Bolsonaro, é taxativo ao afirmar que não faltam recursos para a Educação, já que conforme ele o Brasil pode fazer mais com os atuais recursos investidos. Segundo o candidato, os números levam à conclusão que as crianças e os jovens deveriam ter um desempenho escolar muito melhor, tendo em vista o montante de recursos gastos. Para o presidente eleito, os recursos investidos são incompatíveis com "o péssimo desempenho educacional". E argumenta que em seu governo promoverá a articulação entre os Sistemas Federal, Estaduais e Municipais.

ANÁLISE GERAL

CONGRESSO

- Maior renovação no Congresso Nacional desde 1990;
- Fragmentação partidária;
- Conservador em relação aos valores;
- Bancadas informais continuam influentes no parlamento.

CÂMARA

- Circulação de poder: das 513 vagas na Câmara, 372 já exerceram mandato ou função pública;
- 269 irão cumprir seu primeiro mandato na Câmara;
- 141 estreados se elegeram em função da relação de parentesco com políticos tradicionais, lideranças evangélicas, policiais linha dura ou celebridades;
- Cláusula de barreira: 9 dos 35 partidos com registro no TSE não atingiram as regras. 21 dos 30 que elegeram parlamentares atingiram a cláusula de barreira;
- Os eleitos possuem média de idade de 49 anos; estão entre 2º a 3º mandatos consecutivos; 77 são mulheres e 436 homens; e 27 foram eleitos com os votos próprios, portanto, alcançaram o quociente eleitoral;
- PT, PSL e PP passam a ser, respectivamente, as maiores bancadas com 56, 52 e 37;
- O partido que mais perdeu cadeiras foi o MDB, que caiu de 66 em 2014 para 34 eleitos em 2018;
- Partidos de direita aumentam, esquerda mantém e de centro reduzem;
- Os partidos que mais cresceram, pela direita, foram o PSL, que passou de 8 para 52, e o PRB, que subiu de 21 para 30 e, pela esquerda, o PSol, que passou de seis para 10, e o PSB, que passou de 26 para 32;
- Todos os partidos de centro e centro-direita, com exceção do PRB, perderam cadeiras na eleição;



SENADO

- Das 54 vagas em disputa, apenas oito foram preenchidas por candidatos à reeleição, sendo as demais 46 ocupadas por outros candidatos;
- Dos 54, apenas 32 tentaram a reeleição e destes somente oito renovaram seus mandatos;
- Dos 46 novos, pelo menos 40 nunca foram senadores e nove nunca ocuparam cargos públicos, nem eleitos nem nomeados para função de confiança;
- A renovação no Senado, em relação às vagas em disputa, foi 85%

Defesa de concursados é uma pauta permanente do Sintep/MT



A luta do Sintep/MT para garantir as convocações dos concursados da Educação, que aguardam no cadastro de reserva do Concurso Público de 2017, é ação permanente da atividade sindical, até que novo certame seja necessário.

A secretária de assuntos jurídicos do Sintep/MT, Maria Celma de Oliveira, afirma que a atuação sindical é permanente e se deu desde a elaboração do Concurso, sendo esta pauta uma exigência ao governo. A presença do Sintep/MT é contínua desde o tumultuado processo de elaboração do Edital, até os enfrentamentos para assegurar a convocações de todos os aprovados, com a existência de vagas livres nas escolas estaduais.

O Sintep/MT impetrou inicialmente quatro mandados de segurança cobrando a quebra da cláusula de barreira, que determina a convocação de apenas 50% dos aprovados. E nesses constaram a inclusão no cadastro de reservas dos nomes de todos os aprovados, para além do número de vagas ofertadas no cadastro de reservas. Porém, atualmente luta-se para que a Secretaria de Estado de

Educação avance nas posses daqueles que estão no cadastro de reserva, da “lista azul” (relação de aprovados divulgadas pela Seduc-MT). Esses nomes integram outros quatro grupos de mandados de segurança exigindo a posse imediata nas vagas disponibilizadas pelos convocados desistentes.

“Os mandados de segurança buscam garantir as vagas abertas, por desistência, para Pedagogos, Técnicos Administrativos Educacionais e Apoio Educacional (Nutrição Escolar e Limpeza)”, relata Maria Celma de Oliveira.

Quanto aos mandados de segurança cobrando a quebra da cláusula de barreira, Maria Celma informa que estão em processo judicial, e não há o que fazer enquanto a Justiça definir. Neste momento o foco não está somente nos chamados habilitados, apesar dos encaminhamentos acontecerem paralelamente. “Enquanto existir nomes no cadastro de reservas oficial temos que garantir que sejam chamados. E, enquanto houver vagas livres estaremos cobrando a ocupação destas por um concursado”, conclui.

Violência contra a mulher é problema de toda a sociedade

16 Dias de Ativismo

O 25/11 – Dia Internacional para a eliminação da violência contra a mulher, inicia o período das atividades dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher, no mundo. O primeiro marca a data em que os homens se mobilizam pelo fim da violência contra a mulher (Campanha do Laço Branco) e o segundo, refere ao Dia Internacional dos direitos humanos, encerrando a campanha mundial, que integra a discussão simultânea nos cerca de 160 países que aderiram à campanha desde 1991.

No Brasil, a campanha é antecipada para o 20 de novembro, Dia da consciência negra, perfazendo ao todo 20 e não 16 dias de luta. A iniciativa é para destacar a dupla discriminação vivida pelas mulheres negras. Como lembra a promotora legal popular e também integrante do Geledés – Instituto da Mulher Negra, a advogada Maria Sylvia Oliveira, “as mulheres negras são as que estão na base da pirâmide social e, por conta disso, são as maiores vítimas da violência de gênero”.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil ocupa a 5ª posição entre os países com maior índice de homicídios de mulheres, sendo que de 2006 a 2016 a taxa de homicídios de mulheres não negras diminuiu 8%, enquanto a taxa de homicídio de mulheres negras aumentou 15%. A maioria desses homicídios caracterizam como o extremo da violência contra a mulher –

Leis Combate

O feminicídio, tipificado em 2015, por meio da lei nº 13.104, levou a alteração do artigo 121 do Código Penal, incluindo o tipo como qualificadora do crime de homicídio: “Assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino. Isto é, quando o crime

envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. É considerado fenômeno político e não apenas de gênero por estudiosos, uma vez que o fato de mulheres sofrerem violência sistematicamente até o ponto de morrerem só ocorre por convivência social.

Outro instrumento muito importante no combate à violência contra a mulher é a Lei nº 11.340/2006. Conhecida como Lei Maria da Penha, que possibilita a punição à agressores pelas violências praticadas contra as mulheres no espaço doméstico e familiar, podendo ser estas física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial. O estupro é uma grave forma de violência sexual com alto índice de ocorrência. Estima-se no Brasil cerca de 1.388 casos por dia, ou seja, quase um a cada minuto, podendo deixar graves sequelas principalmente psicológicas sendo a vítima submetida a intensa culpabilização e revitimização.

Se observada corretamente a Lei Maria da Penha, previne os crimes de feminicídio haja vista que a maioria destes são causados por agressores que possuem vínculo afetivo com a vítima.

MT

Com cerca de 60 homicídios de mulheres em Mato Grosso no ano de 2018, muitos destes já tipificados como feminicídio, é relevante que a sociedade cobre que políticas para mulheres, em especial de enfrentamento à violência, sejam levadas a sério pelo Estado que apesar de ter um Plano Estadual de Políticas para mulheres (Decreto nº 1.252/2017) não conta com um órgão específico que impulse as ações do referido Plano.

Além das políticas de repressão e recuperação do agressor, a educação cumpre importante papel na prevenção da violência de gênero. Neste sentido é oportuno reforçar a necessidade de currículos escolares que desconstruam discursos que reforçam a opressão de gênero para que as mulheres tenham o direito de viver sem violência.

Proposta de Previdência leva benefícios para a roleta russa do mercado financeiro



Professor doutor José Menezes, da Universidade Federal de Alagoas

Apresentada como medida prioritária do governo federal eleito, a Reforma da Previdência volta a ameaçar a aposentadoria de milhões de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros/as. Com a proposta de capitalização o novo governo traz um projeto ainda mais cruel de aposentadoria, quer seja para o regime próprio (servidores públicos) ou geral.

Retornando com a justificativa improcedente de que o sistema é deficitário e compromete a dívida pública, a nova equipe econômica apresenta como novidade, um projeto de privatização, velho conhecido na América Latina. A proposta privatista, já falida e revertida para estatização na Argentina, é atualmente pauta de debates no Chile, com os resultados catastróficos implantados pelo governo Pinochet, na década de 80, que ora apresenta como resultado o suicídio de centenas de idosos.

A estratégia, vendida como novidade pelo futuro Ministro da Economia, Paulo Guedes, se baseia em dois pilares: desobrigar a contribuição do patrão ou do estado, deixando apenas os recursos dos trabalhadores na roleta russa da ciranda financeira. A proposta de ser 'investidor' parece atrativa, contudo, alerta o economista de professor da UFAL, José Menezes, "as pessoas ficarão refém dos resultados dos fundos de investimentos, e ainda sem saber o quanto e por quanto tempo receberão a aposentadoria quando chegar a hora de aposentar", destaca.

A CPI da previdência brasileira negou o déficit anunciado e apontou como problema a má gestão do Sistema. Segundo os estudos feitos o rombo provocado pela sonegação das empresas privadas, estimados em R\$ 450 bilhões, e mais, valores significativos (cerca de R\$ 65 bi) de isenções dadas às empresas e a filantropia. São recursos que deixam de entrar no orçamento por inoperância dos governos.

Impactos no Regime Próprio (servidor público) de Previdência

Fruto de inúmeras alterações econômicas ao longo dos governos, a previdência dos servidores públicos, com destaque para Mato Grosso, sofreu rombos que até hoje são verdadeiros mistérios para os contribuintes. "A mudança do antigo Ipemat (Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso) para o regime próprio, por exemplo, como foi feita?", questiona o economista de professor da Universidade Federal de Alagoas, José Menezes.

Conforme o professor, se desconhece o quanto havia em caixa e o quanto foi remetido para o novo sistema. "Isso precisa ser investigado, inclusive se nesse montante consta a parcela de contribuição do servidor e a do estado", diz.

Segundo Menezes olhar para trás é fundamental para enxergar um novo sistema. "Não adianta apenas falar que o MT Previ está deficitário. A proposta do Temer prorroga o tempo de contribuição, e rebaixa o teto de contribuição (hoje acima de R\$ 5.645,80). Com isso amplia o número de servidores para a aposentadoria complementar. "Já que só acima desse valor iria para a complementar".

Para conseguir a adesão dos estados a essa aposentadoria complementar (privatizada), do governo Temer, implantou-se o Projeto

de Lei 156/2016, que trata da rolagem da dívida dos estados. "Mato Grosso não precisa rolar dívida. Não há problema fiscal no estado. Se não houvesse renúncia fiscal, sonegação, e o repasse da União da Lei Kandir, que entre 1996 a 2015 é um montante de R\$ 44 bi, não teria problema fiscal", relata.

Conforme Menezes, todo esse recurso, que regularizaria as contas do MT Previ, hoje, estão na dependência da vontade política do novo governador em rever a Lei 156/2016, e exigir o direito a Lei Kandir. "Essa Lei trouxe para os estados como contrapartida da rolagem da dívida, a implementação de uma lei do teto, já consolidada em MT, com a Emenda Constitucional nº 81, e mais, o não questionamento da Lei Kandir (impostos devidos pela exportação dos produtos agrícolas)", relata.

No caso do projeto de Paulo Guedes, Menezes aponta como situação ainda pior. Porque, conforme esclarece, ele extingue a previdência pública, implantando o sistema de capitalização para todos, exceto os militares, que continuarão a contribuir pelo sistema vigentes, com 8,5% (enquanto o geral é 11%) e permanecerão com direito às pensões vitalícias para as filhas.



Novo Governo MT

“Para Mudar MT é preciso deixar de ser refém do Agronegócio”



Em janeiro de 2019 Mato Grosso terá um novo governo. A troca de comando na gestão estadual afirma o desejo da sociedade ‘Para Mudar MT’, como intitula o slogan do governador eleito Mauro Mendes. E o Sintep/MT reafirma que é possível mudar. E para isso, aponta a necessidade do governo deixar de ser refém do agronegócio.

As mudanças defendidas pelos trabalhadores e trabalhadoras da educação exigem que o novo governo se posicione sobre questões como: Os servidores públicos continuarão a serem vistos como responsáveis pela falta de recursos do estado? A melhoria da qualidade dos serviços públicos será prioridade? E mais, para essas melhorias o governador eleito valorizará aqueles que são responsáveis pelos serviços públicos?

Pelo que tem sido divulgado na mídia, a partir de defesas feitas por correligionários de Mauro Mendes, a tese defendida pelo Sintep/MT há décadas se confirma. “Sempre apontamos que a falta de recursos no estado se deve as prioridades no uso do orçamento público, com isenções e renúncias fiscais”, diz o secretário de redes municipais, Henrique Lopes.

Recentemente virou manchete de noticiosos no estado, a afirmação de caciques como Jaime Campos, atual Senador eleito por Mato Grosso, dizendo publicamente serem os incentivos fiscais concedidos ao agronegócio “estelionato cometido aos cofres públicos” e os empresários do setor devem sim, serem taxados.

Essa afirmação poderá alterar o cenário de 2019, dada a disposição do novo governador “Para Mudar MT”, bem como o empenho do futuro senador de contribuir. “Como Senador poderá contribuir, por exemplo com a alteração necessária na Lei Kandir, que desonera a produção estadual voltada para exportação, ou seja, desobriga os produtores de soja e algodão de pagarem impostos”, esclarece Lopes.

Segundo o dirigente, posição contrária significa sinal de falta de inteligência ou, por outro lado, má intenção por parte do governo, que abre mão de arrecadar receita ao mesmo tempo que chora com a falta de recursos. E o que é pior, penaliza a sociedade e, em especial, os servidores públicos, com a alegação de comprometerem os recursos do estado com salários.

Mentira contada mil vezes para vira verdade

O governo que ao final de 2018 deixará a gestão, sai reprovado, após um amplo apoio popular no início de mandato. Na ocasião pediu compreensão à sociedade, que logo percebeu que ele não cumpriria nada do que pregou na campanha. A defesa da ética e moralidade anunciada se corroeu assim que os primeiros escândalos se anunciaram. Quem não se recorda da Operação Rêmora, que tratou sobre fraudes nas licitações de obras das escolas?

Apesar dos contratemplos da gestão passada, os anos de experiência e vivências do Sintep/MT apontam possibilidades de mudanças. “Nós de fato acreditamos que é possível que a sociedade mato-grossense, destaque para os servidores públicos, deixe de ser reféns da chamada falta de recursos, basta impedir que o agronegócio dite as regras e gerencie o estado. Esperamos que o novo governo, tanto o Executivo como no Legislativo, como poderes constituídos, deem a tônica e tenham coragem para implementar as mudanças necessárias”, afirma Lopes.

Para o secretário de redes municipais do Sintep/MT, Henrique Lopes, será preciso coragem para rever os benefícios do Agronegócio, o absurdo da Emenda Constitucional nº 81, e até mesmo voltar atrás em posições tomadas pelo atual governador, ao assinar a Lei 156/2017 (rolagem da dívida), que inviabiliza o repasse de recursos da Lei Kandir para o estado. E, para além destas, revisar a política de isenção fiscal implementada pelo Prodeic, chamando o setor produtivo, que como tal deve dar sua parcela de contribuição para continuarem produzindo, e não ficar apenas na espoliação.

Assembleia Legislativa teve 58% de renovação do quadro de deputados

Na formação das bancadas o MDB, diferente do quadro nacional, permanece com maioria na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com 3 parlamentares eleitos, seguido pelo PSL, PSB, PSDB, PSC, PT, Democracia Cristã (DC) e PV com dois deputados cada. Com um representante no parlamento, ficaram os partidos PRB, PDT, PP e o PROS. A representação feminina no parlamento mato-grossense permanece baixa com apenas uma deputada, Janaina Riva, reeleita para 2019.

A aparente renovação não deverá traduzir em votações que favoreçam a maioria do povo, à classe trabalhadora e ao serviço e servidores públicos porque o governo que assume não terá dificuldade de manter a maioria, a não ser em pautas específicas como a da Política de Isenção e Renúncia fiscal em que vários deputados se elegeram prometendo fazer o combate destas políticas em favor de uma maioria arrecadação para investimentos no estado.